



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE JANEIRO DE 2014

---- No dia vinte e oito de janeiro do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a Presidência da senhora Dr.^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira na qualidade de Presidente da Câmara, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Eng. Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz.-----

---- A reunião foi secretariada pela Assistente Técnica Andreia Rafaela Gaspar Vidal.-----

---- Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos. ---

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE -----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES -----

2 – ORDEM DO DIA: -----

2.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

2.2 – 2ª ALTERAÇÃO À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DO PÓLO INDUSTRIAL DAS CORTES/DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL -----

2.3 – DOCE TÍPICO DE GÓIS (GAMELINHAS)/ PROPOSTA DE PROTOCOLO PARA A PRODUÇÃO/CONFECÇÃO-----

2.4 – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS DE GÓIS/NOVOS ORGÃOS SOCIAIS-----

2.5 - NATAL 2013/CONCURSO DE MONTRAS-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

2.6 – EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/DIVERSOS -----

2.7 - LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/ PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ----

2.8- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

2.9 – PAGAMENTOS-----

2.10 – REQUISIÇÕES-----

2.11 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES -----

2.12 – PARECER PRÉVIO GENÉRICO/COMUNICAÇÃO MENSAL DA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS-----

2.13 - DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANFERÊNCIAS DE CAPITAL ----

2.14 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANFERÊNCIAS CORRENTES---

3 – APROVAÇÕES EM MINUTA -----

4- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1– FALTAS – Não houve. -----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE – A senhora Presidente iniciou a sua intervenção, dando conta ao Executivo que no p.p. dia 22.01.2014 decorreu uma reunião centralizada sobre a saúde do Concelho de Góis, onde estiveram presentes diversas entidades, nomeadamente o Diretor Executivo do ACES PIN, a Coordenadora do Centro de Saúde de Góis, os Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho, o Vice-Presidente da A.H.B.V.G., o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Góis, a Diretora Técnica do Centro Social Rocha Barros, um representante do Lar da Cabreira, o senhor Presidente da ADIBER, o Presidente da Assembleia Municipal e representantes da Assembleia Municipal (Grupo de Trabalho da Saúde). -----

---- A senhora Presidente informou que a mesma desencadeou-se, tendo em conta o que sucedeu na reunião entre a Câmara Municipal de Góis, o Presidente da União das Freguesias Cadafaz e Colmeal (UFCC) e taxistas da respetiva Freguesia; e da reunião com o senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- Relativamente à primeira reunião, referiu que esta versou a questão dos transportes de doentes na nova freguesia, dado que na extinta freguesia do Cadafaz o transporte era assegurado pela própria junta (contratação de serviços do único táxi da freguesia) e na extinta freguesia do Colmeal o transporte de doentes era assegurado pela Câmara Municipal de Góis. Nesse sentido, haveria a necessidade de definir uma nova modalidade de transportes de doentes, de forma justa, tendo o senhor Presidente da UFCC manifestado a sua dificuldade em assumir este encargo financeiro. Mais referiu que o próprio, já se havia deslocado a Lisboa a pedir ajuda à Administração Central para a resolução deste problema.-----

---- Continuou, informando que na reunião com o senhor Presidente da Assembleia Municipal foi abordado o Relatório da Saúde, elaborado pela Comissão da Saúde. -----

---- Nesse sentido, a senhora Presidente convidou as entidades já referidas, com vista a ser discutida a realidade da saúde no Concelho de Góis, da qual resultaram as seguintes conclusões: a ARS não assume qualquer despesa com transportes de doentes; colocou-se a hipótese da reabertura de uma extensão de saúde na UFCC ao qual considerou não ter o melhor acolhimento por parte do senhor Diretor Executivo do ACES PIN. Referiu ainda, que há a necessidade urgente de rever o protocolo com a Rodoviária da Beira Litoral, por forma a rentabilizar os serviços e ajustar o modelo de transportes à nova realidade. Mais referiu que ficou determinado, que a partir do próximo mês de Fevereiro, os dois taxistas da UFCC irão assegurar os serviços de transportes de doentes. -----

---- No que diz respeito à Freguesia de Alvares, a senhora Presidente informou que a extensão de Alvares é para continuar a manter-se, apesar das dificuldades que vão surgindo, pois se antes a problemática era o software, agora é a falta de equipamentos disponíveis em número suficiente, bem como a falta de recursos humanos (administrativos e médicos). Relativamente ao último item, a senhora Presidente, reforçou novamente a disponibilidade da Câmara Municipal em colaborar com o Centro Saúde de Góis na cedência de uma assistente técnica,



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

esperando que esse não seja mais um fator para que estes serviços encerrem. Quanto à localidade de Cortes, informou que não existem condições para a abertura da extensão de saúde. -----

---- No que diz respeito à Freguesia de Vila Nova do Ceira, referiu que é urgente a extensão de saúde mudar de instalações, sob pena da falta de condições existente poder vir também a ser um alibi para o seu fecho. Nesse sentido, a Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira e a Câmara Municipal irão envidar esforços para encontrar o melhor espaço para que no futuro, possa continuar a funcionar a extensão de saúde dessa freguesia. -----

---- Continuou, referindo que o senhor presidente da Junta de Freguesia de Góis manifestou o seu desejo de manter em funcionamento a extensão de saúde na localidade de Ponte de Sótão. -----

---- Prosseguiu a sua intervenção, referindo que o Centro Saúde de Góis solicitou apoio à Câmara Municipal de Góis, para que seja efetuada uma pintura na sala de atendimento dos doentes. Não sendo do âmbito das competências da Câmara Municipal, a mesma irá dar apoio nesse sentido por forma a tornar aquele espaço mais acolhedor. -----

---- A senhora Presidente referiu ainda que estando presente o senhor Presidente da ADIBER, foi equacionada a hipótese da aquisição de uma viatura através do novo quadro comunitário, a integrar de apoio na Unidade Cuidados à Comunidade, para uma maior aproximação às pessoas. -----

---- Mais referiu que espera mais empenho na equipa da saúde, dando conta que esta precisa de ser reforçada com recursos humanos, nomeadamente médicos, por forma a conseguir-se dar resposta às necessidades do Concelho. Terminou este assunto, dando conta, que foi garantido pelo senhor Diretor Executivo do ACES PIN, que nos meses de julho e agosto, não iria estar em causa a prestação deste serviço de saúde, sendo certo o reforço da equipa da saúde. -----

---- A senhora Presidente informou o Executivo, que no próximo dia 29.01.2014 irá realizar-se uma reunião referente à Proteção Civil, desencadeada no âmbito



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

da CIM-Região de Coimbra (CIM-RC). Enquadrada no novo quadro comunitário de apoio, o Município de Góis e o Município de Mortágua irão fazer parte do projeto piloto que prevê a realização de um "Plano de Ação no âmbito da Proteção Civil", que numa primeira fase, abordará com maior enfoque, a prevenção de incêndios florestais. A reunião contará com a presença do senhor Secretário Executivo da CIM-RC e com a Comissão Municipal de Proteção Civil.

---- A senhora Presidente prosseguiu, dando conta que neste ano de 2014, irá comemorar-se os 900 anos de existência do Concelho de Góis, onde espera na próxima reunião apresentar aquelas que serão as propostas de iniciativas para celebrar este feito, apresentadas pela Comissão Organizadora. Mais referiu que a Câmara Municipal de Góis irá também associar-se às comemorações dos 500 anos do Novo Foral de Alvares, a convite da Comissão de Melhoramentos de Alvares. -----

---- Continuou, convidando todo o Executivo para estar presente, na próxima sexta-feira, dia 30.01.2014 no jantar de comemoração do 20º aniversário da Residência de Estudantes. -----

---- Referiu ainda, que no próximo dia 09.02.2014 irá realizar-se a Montaria Mista, convidando novamente o Executivo para o almoço, previsto para as 16h00, na Residência de Estudantes. -----

--- A senhora Presidente informou que o Município de Góis, atento aos novos desafios que se colocam à Administração Pública, vai dinamizar ao longo do ano de 2014, um projeto no Âmbito do POPH, em estreita colaboração com a Fundação CEFA, designado de “*AREA3 – Apostar, Racionalizar, Economizar e Agir.*”. Mais referiu, que o projeto intervém nos domínios de melhoria de eficiência e redução de custos, na otimização do uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e apoio na mobilidade interna, que visa acima de tudo, diagnosticar o desempenho do Município em algumas áreas e, ao mesmo tempo, implementar um conjunto de ações conducentes a uma melhor gestão de recursos (humanos, financeiros e informáticos). -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- Concluiu, referindo que se trata de uma iniciativa inovadora e determinante para o futuro do Município de Góis, onde todos os trabalhadores poderão intervir e contribuir para o seu êxito, aguardando com grande expectativa os seus resultados. -----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – Usou da palavra o senhor Vereador, Eng^o Diamantino Jorge Simões Garcia dando conta do seu espanto e preocupação relativamente ao conteúdo do “Documento de Orientação Estratégica 2014-2020 para o Pinhal Interior Norte”.-----

---- Continuou, dando conta que embora o título do documento, se refira ao Pinhal Interior Norte, que o mesmo abrange toda a Região de Coimbra, considerando assim, que todo o diagnóstico prospetivo que permite fazer a análise para a região, foi feito a dois tempos, isto é, em vez de ter sido feito para a região como um todo, é feito para as duas regiões “per si”, e que quando convém, é que se torna a região como um todo.-----

---- Referiu ainda, que quem lê o documento de uma forma desapaixonada, sem conhecer a região, ficará com a sensação que uma região que se “posiciona no pelotão das regiões mais desenvolvidas da Região Centro” (citando o que está escrito no documento) se juntou a uma zona serrana, envelhecida, despovoada e sem formação. -----

---- Mais referiu, que naquilo em que o PIN tem como sendo os seus pontos mais fortes (turismo, floresta) é considerado como o parente pobre: o turismo resume-se a Sol e praia; a floresta, a uma fileira de eucalipto para abastecer as fábricas de papel da orla costeira, desconhecendo-se o que é a floresta de proteção e as suas múltiplas funcionalidades; dos cursos de água parecem apenas conhecer o Mondego, excluindo do mapa o Ceira e o Alva; o exemplo de ruralidade apresentado é da região da gândara; existe apenas uma pequena alusão às aldeias de xisto; a via rodoviária EN 342 é discriminada, dando-se prioridade ao IP3, IC2 e a construção da IC12; Metro do Mondego parece não existir. -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- O senhor Vereador Engº Diamantino Jorge Simões Garcia, considerou que se tratou de um diagnóstico mal elaborado, parcial e tendencioso, que não pode dar lugar a uma proposta coerente e defensável, onde claramente não pretendem investir nos “serranos incultos” que são cada vez menos. -----

---- Continuou, referindo que o novo Quadro Comunitário de Apoio, eventualmente poderia trazer uma diferenciação positiva para os territórios rurais, estando a região de Coimbra a aproveitar-se da aglutinação com o Pinhal Interior, para ter acesso a fundos que lhes estão destinados. -----

---- O senhor Vereador Engº Diamantino Jorge Simões Garcia reforça a parcialidade do trabalho e a perigosidade que define as prioridades e objetivos preconizados pela equipa de trabalho, dado que os mesmos defendem que “ a estratégia delineada não é uma mera “soma das partes” – isto é, das intenções, recursos e projetos com uma área de influência municipal, mas sim uma efetiva priorização das áreas de intervenção que potenciam maiores sinergias entre os recursos humanos, técnicos, organizacionais, económicos e financeiros disponíveis na região. -----

---- Mais referiu a necessidade de este documento ser amplamente divulgado e discutido, passando pela criação de um lobby que o possa acompanhar e combater, concluindo que a Beira Serra deverá aparecer ainda mais unida em defesa da sua região. -----

---- Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, dando conta que também é defensora de que a extensão de saúde da localidade de Ponte Sótão funcione em pleno, referindo ainda, que têm de ser os cidadãos comuns a preocupar-se cada vez mais com estado da saúde, porque é assustador a realidade que se vive nos hospitais, sendo que as famílias são cada vez mais responsabilizadas. -----

---- Continuou, informando que é com satisfação que lê os artigos da Dra. Lizete Matos, publicados na imprensa local, sobre as histórias das alminhas, nomeadamente da extinta freguesia do Colmeal, trabalho que poderá ser aproveitado com a concordância da autora. Nesse sentido, apresentou ao



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Executivo uma proposta para que seja criado o “Roteiro das Alminhas”. Mais referiu que se trata de um património interessante, com histórias muito curiosas por detrás, que sob o ponto de vista turístico iria permitir que as pessoas percorressem o concelho, passando pelos seus principais pontos de interesse. --

---- Interveio o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia que informou que é visível que todos estão em sintonia no que concerne à interpretação do “Documento de Orientação Estratégica 2014-2020 para o Pinhal Interior Norte”, mas que apesar de não ser um documento definitivo, lança algumas dúvidas e preocupações sobre a CIM-RC, (resultante da fusão da CIMPIN e da CIM-BM), onde se nota claramente que não há a noção da importância, por exemplo das praias fluviais, da EN342, da Estrada da Beira, do Metro Mondego e de outras infraestruturas cruciais no desenvolvimento do Pinhal Interior Norte.-----

---- Mais referiu, que sob o seu ponto de vista, a extinta CIMPIN trabalhou muito bem, com frontalidade, transparência, solidariedade, lealdade entre os Municípios que a constituía, até ao momento em que o novo governo voltou a chamar a si a gestão dos fundos comunitários, anteriormente sob alçada da CIMPIN. Continuou, dando conta que na altura em que se iniciou o Quadro Comunitário, que agora se encontra a terminar, a CIMPIN, contratualizou a gestão de fundos comunitários, que permitiu de forma séria e honesta fazer a divisão do dinheiro *à priori*, pelos vários Municípios, e que possibilitou sempre saber o que se passava em todos Municípios, considerando que se tratou de um modelo que primou pela transparência. -----

---- Prosseguiu, referindo que quando mudou o Governo, todo o modelo anterior de utilização dos fundos comunitários ficou prejudicado até dentro da própria CINPIM. -----

---- Continuou, referindo que a proposta apresentada pela ANMP para acompanhar e participar na gestão de fundos comunitários é interessante e fundamental: quem gere os fundos comunitários destinados aos Municípios deverão ser as estruturas de Associações de Municípios existentes e não uns tecnocratas, nomeados pelo Governo, com pouco conhecimento da realidade



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

municipal. Considerou ainda ser muito preocupante a possibilidade de os Municípios, neste novo Quadro Comunitário 2020, não saberem como irá ser feita a sua gestão, reforçando que deveria ser mantido o modelo que resultou muito bem neste Quadro Comunitário que agora está a terminar. -----

---- Interveio o senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, relativamente ao “Documento de Orientação Estratégica 2014-2020 para o Pinhal Interior Norte”, referindo que é notória a tendência para o esvaziamento da região da Beira Serra, em benefício do litoral. Mais referiu, que aquando da sua presença numa das reuniões da extinta CIMPIN, chamou à atenção do grupo de trabalho, sobre o facto de não terem sido contactadas algumas entidades do concelho de Góis, tendo na altura sido referido que iriam incluir estes testemunhos, no entanto como se pode constatar, o documento foi publicitado sem que nenhuma entidade do Concelho fosse consultada. -----

---- Referiu ainda, que associada a esta tendência está também a deslocalização de alguns serviços públicos, de qualidade e acessíveis, para fora desta região, tornando assim mais difícil cumprir os critérios exigidos para o acesso aos Fundos Comunitários, reforçando que os Municípios da Beira Serra deveriam unir-se para tentar inverter esta tendência. -----

---- A senhora Presidente usou da palavra, referindo que a leitura que o senhor Vereador Eng. Diamantino Jorge Simões Garcia fez do referido documento, foi igual à leitura feita pelos Presidentes dos Municípios da Beira Serra, que se juntaram, e fizeram uma contra proposta sobre o documento, apresentada na reunião da CIM-RC. Mais referiu que uma vez que maioria dos Municípios não se revê no documento apresentado, ficou acordado que seria agendada uma reunião com a empresa responsável pela sua elaboração, Augusto Mateus & Associados, pois de facto está presente no documento, onde nitidamente não conhecem a realidade do Concelho Góis, priorizando o esvaziamento do Pinhal Interior Norte, particularmente da Beira Serra. -----

---- Continuou, referindo que subscreve inteiramente a criação do lobby, no entanto o mesmo só é possível quando os autarcas estão todos imbuídos do



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

mesmo espírito. Mais referiu, que enquanto os Presidentes de Góis, Tábua, Oliveira do Hospital defendem a continuidade do GAL ADIBER, uma vez que esta entidade traz um volume financeiro para quatro concelhos, já o Presidente de Arganil promove a fusão de GAL's. Concluiu, que na sua opinião, não entende o porquê do alargamento de GAL's, dado que a verba monetária será a mesma, mas a dividir por dez Municípios, onde claramente o Município de Góis, sairia prejudicado. -----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

2 – ORDEM DO DIA: -----

2.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR - De acordo com o determinado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro no seu artigo 57º, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia catorze de janeiro de dois mil e catorze, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

2.2 – 2ª ALTERAÇÃO À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DO PÓLO INDUSTRIAL DAS CORTES/DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – Foi presente a informação nº 115, da senhora Chefe de Divisão, Dra. Sara Mendes, elaborada com base no parecer técnico do senhor Engº César Ribeiro, referente à alteração do loteamento do Pólo Industrial das Cortes para a desafetação do domínio público municipal. -----

---- A senhora Presidente referiu que a operação de loteamento do Pólo Industrial de Cortes-Alvares, desenvolveu-se numa parcela de terreno com uma área de 53.277,34 m², registada sob o nº 5455/20040324 na Conservatória do Registo Predial de Góis e deu origem à constituição de 7 lotes industriais com as áreas de 2.779,91 m², 1.938,45 m², 2.336,37 m², 1.920,66 m², 6.598,52 m², 2.660,26 m², 2.099,44 m², tendo ficado reservado para o domínio público municipal as seguintes parcelas que totalizam uma área de 32.943,53 m²: 23.769,07 m² destinada a "áreas verdes", 4.734,78 m² destinada a arruamentos, 2.136,40 m² destinada a estacionamento e 2.303,28 m² destinada a área pedonal. -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- Deu ainda conta, de que uma vez que todos os lotes referidos já estão na posse de privados, verificou-se agora a necessidade de proceder a uma alteração deste loteamento de forma a criar 5 (cinco) novos lotes com recurso à utilização de parte da área inicialmente reservada ao domínio público municipal, passando assim de 7 lotes para 12, e corresponder assim, positivamente, à procura de lotes para implantação de novas indústrias.-----

---- Mais referiu, que a ampliação em causa irá ocupar uma área de 14.564,10 m², área esta que, conforme referido, seria retirada da área de domínio público, passando esta área a representar 18.379,43 m² (9.086,33 m² destinada a espaços verdes, 5.637,90 m² destinada a arruamentos, 1.355,40 m² destinada a estacionamento públicos e 2.299, 80 m² destinada a área pedonal).

---- Referiu ainda, que para levar a efeito a “2ª Alteração à Operação de Loteamento do Pólo Industrial de Cortes” será necessário proceder à desafetação do domínio público municipal da parcela que corresponde a 14.564,10 m². A afetação ou desafetação de bens de domínio público municipal é, de acordo com o previsto na alínea q) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. -----

---- A senhora Presidente, referiu ainda, com base no parecer solicitado ao Consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves, que a operação de desafetação do domínio público da parcela necessária para a criação dos novos cinco lotes deverá ser submetida a discussão pública, pelo período de 30 dias úteis, através da publicação em Edital e no Diário da Republica, com as especificações exigidas por Lei. -----

---- A Câmara tomou conhecimento e aprovou por unanimidade remeter o presente assunto a discussão pública. -----

2.3 – DOCE TIPICO DE GÓIS (GAMELINHAS)/ PROPOSTA DE PROTOCOLO PARA A PRODUÇÃO/CONFECÇÃO - Foi presente a proposta de protocolo



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

para a produção e confeção do doce típico de Góis “Gamelinhas” a ser celebrado entre o Município de Góis e a Pastelaria/Padaria Kentidoce. -----

---- A senhora Presidente informou que o protocolo apresentado foi elaborado pelo Posto de Turismo com o apoio do Gabinete Jurídico.-----

---- Referiu ainda, que terminado o vínculo de exclusividade com a Pastelaria/Padaria kentidoce relativamente à confeção/produção e venda das Gamelinhas, o presente protocolo prevê que o doce típico de Góis, seja confeccionado e comercializado por outros estabelecimentos comerciais e privados, com o compromisso de que sejam cumpridos todos os requisitos definidos neste protocolo. No futuro, a Câmara Municipal terá a responsabilidade de controlar e garantir a qualidade deste produto.-----

---- Concluiu, dando conta que paralelamente a este processo, se encontra em fase de registo a patente referente à receita, ao design da embalagem e à marca “Gamelinhas”, passando a ser propriedade exclusiva da Câmara Municipal.-----

---- A câmara tomou conhecimento.-----

2.4 – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS DE GÓIS/NOVOS ORGÃOS SOCIAIS

– Foi presente o ofício nº 3/2014 datado de 10.01.2014 da Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas de Góis, dando conta dos novos Órgãos Sociais que compõem esta associação. Foi eleita como Presidente da Direção, Dra. Maria João Rosa, Presidente da Assembleia Geral a senhora Helena Moita e do Concelho Fiscal a senhora Ana Paula Lopes Barata. -----

---- A senhora Presidente felicitou os novos Órgãos Sociais e renovou a disponibilidade da Câmara Municipal em colaborar com esta Associação.-----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

2.5 – NATAL 2013/CONCURSO DE MONTRAS – A senhora Presidente deu conhecimento dos resultados finais do IV Concurso de Montras de Natal, realizado no ano de 2013, tendo o seguinte resultado: -----

---- a) 1º lugar: Lolla Boutique – Góis. -----

---- b) 2º lugar: Góis Borda - Góis. -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- c) 3º lugar: Loja do Xisto – Aigra Nova.-----

---- A senhora Presidente agradeceu, em nome do Executivo, a todos os estabelecimentos comerciais que aderiram a esta iniciativa promovida pela Câmara Municipal, cujo objetivo principal foi apoiar e estimular o comércio local através da conservação do espírito natalício. -----

---- Mais referiu, que foram sorteadas cerca de 8000 senhas, o que traduz um número significativo em compras no valor superior a 20€, nos estabelecimentos comerciais locais. -----

---- Usou da palavra o senhor Vereador Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, que enquanto membro do júri do concurso, felicitou a recetividade dos comerciantes na adesão desta iniciativa e o esforço na decoração das montras. Aproveitou ainda o momento, para agradecer a colaboração de todos os elementos que fizeram parte do Júri. -----

---- A senhora Presidente concluiu, agradecendo à equipa do Posto de Turismo, ao Gabinete de Design e Imagem, aos trabalhadores envolvidos na iluminação de natal, à empresa DiscoSom que colaborou com alguma animação, e que permitiram potenciar o espírito de Natal e desagrar o sentimento da crise que atualmente se vive. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

2.6 – EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/DIVERSOS

- A senhora Presidente referiu que por força das normas emanadas pela Lei nº83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014 (LOE/2014), mais concretamente do disposto no nº1 do seu artigo 73º, resulta que a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2013, por parte das autarquias locais, sujeito à redução remuneratória prevista no artigo 33º do mesmo diploma. Mais referiu que determinam ainda os nºs 4 e 11 do já referido artigo 73º que, todas as aquisições de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença ou, cujo objeto seja a consultadoria técnica, contratadas pelas entidades abrangidas pela



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

aplicação da Lei nº12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66/2012, de 31 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº47/2013, de 5 de abril (Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações – LVCR) e pela Lei nº80/2013, de 27 de novembro, em articulação com o nº1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis nºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, estão sujeitas à emissão de parecer prévio vinculativo por parte do Órgão Executivo, tendo elencado quais as condições para a sua emissão. -----

---- Face ao exposto, a senhora Presidente informou que o Município pretende proceder à contratação de serviços diversos, tendo dado conhecimento dos mesmos, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata. -----

---- Usou da palavra a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz felicitou a senhora Presidente pela opção em manter o serviço de ludobiblioteca itinerante, contrariando o parecer técnico, mal elaborado, que sugeria a não continuidade deste serviço. -----

---- A Câmara tomou conhecimento e após análise deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável à contratação dos serviços constantes no Anexo I da presente Ata.-----

2.7 - LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/ PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -

Foi presente a informação nº9, da senhora Chefe de Divisão, Dra Sara Mendes, datada do dia 22.01.2014, relativa a assunção de compromissos plurianuais.-----

---- A senhora Presidente referiu, que como é do conhecimento do Executivo, a Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 27.12.2013, deliberou, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), alterada pelas Leis nºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro e no artigo 12º do Decreto-Lei nº127/2012, de 21



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

de junho, alterado pela Lei nº66-B/2012, de 31 de dezembro, emitir uma autorização prévia genérica favorável para que a Câmara Municipal autorize a assunção de compromissos plurianuais. -----

---- Neste sentido, a senhora Presidente informou quais as situações em que se pretende assumir um compromisso plurianual, conforme plasmado no quadro cuja cópia se constitui como o Anexo II da presente Ata. -----

---- Informou ainda, relativamente aos contratos de aquisição de inertes assinados em 13.03.2013 e 30.05.2013, com as empresas Isidoro Correia da Silva, Lda. e António José & Filhos, Lda., respetivamente, o fornecimento, que estava previsto ser finalizado até 30.09.2013, o mesmo não ocorreu. Mais referiu que efetivamente, em 31.12.2013, no primeiro caso havia sido entregue o correspondente a 42% do total do fornecimento e no segundo caso 27%. Nesta situação, foi proposto à empresa elaborar um adicional ao contrato que permitisse a entrega do restante material até ao final do primeiro semestre de 2014. Neste sentido, e porque o compromisso relacionado com o contrato inicial não foi alvo de autorização para assunção de compromisso plurianual, por não estar implícita a obrigação de efetuar pagamento em mais de um ano económico, com a adenda, e apesar do compromisso inicial ter sido efetuado de forma correta, pela totalidade (não existiu plurianualidade), e portanto não haver qualquer ajustamento ao nível contabilístico (apenas transita de ano o saldo do compromisso inicial), este contrato passou a vigorar por mais de um ano económico. Assim, será necessário ratificar o ato relacionado com a transição do compromisso de 2013 para 2014 (7.076,09 €, no primeiro caso e 25.077,94 €, no segundo), que representa a parte do compromisso inicial que passou a ser plurianual. -----

---- Face ao exposto, a senhora Presidente informou que se encontram reunidas todas as condições previstas na autorização prévia emitida pela Assembleia Municipal, que permite à Câmara Municipal autorizar e ratificar a assunção de compromissos plurianuais, designadamente o cumprimento das regras e



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

procedimentos previstos na Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro, e demais requisitos legais de execução da despesa. -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a assunção dos compromissos plurianuais constantes no Anexo II da presente Ata.-----

---- A Câmara deliberou ainda, por maioria, com abstenção da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, ratificar a assunção dos compromissos plurianuais constantes no Anexo II da presente Ata.- -----

---- A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz fundamentou a sua abstenção no facto de subsistirem dúvidas sobre o procedimento referente a aquisição de inertes. -----

2.8- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA - A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria, do dia vinte e sete de janeiro do ano em curso, no montante de um milhão, trezentos e cinquenta e nove, setecentos e trinta e cinco euros e cinquenta cêntimos. -----

2.9 – PAGAMENTOS - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos, relativos ao ano de dois mil e catorze, constantes nas ordens número um à oitenta e seis, no montante de trezentos e vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e seis euros e vinte e sete cêntimos. -----

2.10 – REQUISIÇÕES - A Câmara tomou conhecimento das requisições emitidas desde o dia 02.01.2014 até à data da presente reunião. -----

2.11 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES A Câmara tomou conhecimento de que foram emitidas as seguintes licenças de obras particulares:

---- a) Número três, requerida por Cooperativa Social Agro-Florestal de Vila Nova do Ceira, CRL, Rua Comissão de Melhoramentos – Vila Nova do Ceira; -----

---- b) Número quatro, requerida por Álvaro Matos Bandeira – Regateira. -----

---- A Câmara tomou igualmente conhecimento de que não foram emitidas licenças de autorização de utilização. -----

2.12 - PARECER PRÉVIO GENÉRICO/COMUNICAÇÃO MENSAL DA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS - A senhora Presidente



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

informou o Executivo que sobre as aquisições de serviços referentes ao mês de dezembro, não há qualquer documento, uma vez que as mesmas têm constado nos documentos relativos à emissão de parecer prévio vinculativo para contratação de diversos serviços presente nas anteriores reuniões do Executivo.-

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

2.13 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANFERÊNCIAS DE CAPITAL- A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências de capital, datado do dia vinte e oito de janeiro do ano em curso. -----

---- Mais informou não existirem fundos disponíveis suficientes para assumir os compromissos decorrentes das restantes transferências, de forma a dar-se pleno cumprimento ao disposto no artigo 5º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso).-----

---- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com duas abstenções dos senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis, aprovar as transferências de capital, no montante de dois mil euros, cujo documento constitui o Anexo III da presente Ata. -----

2.14 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANFERÊNCIAS CORRENTES - A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, os documentos internos de transferências correntes, datados do dia vinte e oito de janeiro do ano em curso. -----

---- Mais informou existirem fundos disponíveis suficientes para assumir o compromisso decorrente da transferência para a entidade União das Freguesias do Cadafaz e Colmeal, pois o mesmo decorre da execução do protocolo assinado entre os Municípios de Góis e Pampilhosa da Serra, referente à divisão de energia eólica produzida nos limites dos dois concelhos (50% da receita recebida pelo Município de Góis é receita da União das Freguesias do Cadafaz e Colmeal). -----

---- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a transferência corrente, no montante de vinte mil, oitocentos e dezoito euros e



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

oitenta e um cêntimos, cujo documento constitui o Anexo IV da presente Ata. ----

---- A senhora Presidente informou ainda, não existirem fundos disponíveis suficientes para assumir os compromissos decorrentes das restantes transferências, de forma a dar-se pleno cumprimento ao disposto no artigo 5º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso). -----

---- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com duas abstenções dos senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis aprovar as transferências correntes, no montante de quarenta e um mil, oitocentos e sessenta e três euros e dezoito cêntimos, cujo documento constitui o Anexo V da presente Ata. -----

3 – APROVAÇÕES EM MINUTA – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; 2ª ALTERAÇÃO À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DO PÓLO INDUSTRIAL DAS CORTES/DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL;DOCE TÍPICO DE GÓIS (GAMELINHAS)/ PROPOSTA DE PROTOCOLO PARA A PRODUÇÃO/CONFEÇÃO;EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/DIVERSOS;LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/ PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;PARECER PRÉVIO GENÉRICO/COMUNICAÇÃO MENSAL DA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS;DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANFERÊNCIAS DE CAPITAL;DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANFERÊNCIAS CORRENTES-----

4- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: Não Houve.-----

---- E não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião pelas doze horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente Ata, sob a responsabilidade da Secretária. -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
